



ISSN 2359-6597

22 a 24 de Setembro de 2014

XIII Semana Acadêmica
do Curso de **Filosofia**
da FAPAS - 2º Semestre 2014

FORMAÇÃO E CONDIÇÃO HUMANA

A CRÍTICA DE KANT SOBRE O ARGUMENTO ONTOLÓGICO DE SANTO ANSELMO

Helton Luiz Wachholz de Souza *

Rafael de Souza Prestes **

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar a crítica de Kant ao argumento ontológico de Anselmo de Aosta. Este que tenta demonstrar a existência de Deus baseando somente pela razão, mas sua apresentação não deixa de ser baseada na fé. Kant inova a pesquisa filosófica ao propor um novo método de conhecer a realidade com as categorias do intelecto. O filósofo crítico, desperta para um novo entendimento da filosofia: a filosofia transcendental, tendo como princípio a separação entre pensamento e realidade. O filósofo afirma que não é a razão que se adapta ao objeto, senão que é o objeto que é adaptado pela razão, sendo este importante para o argumento da não existência de Deus, pois não há o objeto.

Palavras-chave: Anselmo. Fé. Deus. Kant. Transcendental.

Introdução

Anselmo demonstra em sua obra, *Proslógio*, seu método na qual se destaca por demonstrar a existência de Deus partindo da fé, mas utilizando apenas a razão para formular. Seu ponto de partida é a fé, formando um único argumento. Argumento este que serve para provar que Deus existe não somente na inteligência (in intellectu), mas também, na realidade (in re). Sua obra segundo o mesmo é um: “Exemplo de meditação sobre os mistérios da fé para um homem que busca em silêncio, descobrir através da razão, o que ignora” (ANSELMO, 1973b, p.97-98). Afinal, desenvolve este capítulo tendo como base o Salmo 13 que consta nas Escrituras.

“O insipiente disse, em seu coração: ‘Deus não existe’? Porém, o insipiente, quando eu digo: ‘o ser do qual não se pode pensar nada maior’, ouve o que digo e o compreende. Ora, aquilo que ele compreende se encontra em sua inteligência, ainda que possa não compreender que existe realmente. Na verdade, ter idéia de um objeto

* Acadêmico do sexto semestre do Curso de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS), Santa Maria - RS. E-mail: heltonlws@hotmail.com.

** Acadêmico do sexto semestre do Curso de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS), Santa Maria - RS. E-mail: rafael_prestes2@hotmail.com.

qualquer na inteligência, e compreender que existe realmente, são coisas distintas (...). O insipiente há de convir igualmente que existe na sua inteligência ‘o ser do qual não se pode pensar nada maior’, porque ouve e compreende essa frase; e tudo aquilo que se compreende encontra-se na inteligência”. (ANSELMO, S. Proslógio. II, p. 102.)

Para Anselmo, a fé é prioritária, sendo que a razão tem como papel de confirmar e embasar a fé. Mas o filósofo, não supõe que a fé seja necessária de ser provada com baseamentos, e sim para que possamos compreender aquilo que cremos.

A fé para Anselmo é uma busca de compreender, o mesmo utiliza-se da razão para afirmar a sua fé e dos demais que creem, ele busca compreender as verdades divinas, até onde nos é possível, utiliza-se da razão para tentar atingir seus objetivos. Com isso, ao utilizar a razão para ‘provar’ a existência divina deve-se partir da fé e não da razão. Adriane Da Silva Machado em sua monografia comenta que:

Anselmo utiliza a razão não para fazer crer aqueles que não crêem, mas para embasar a fé de quem crê; a razão seria uma espécie de apoio para a fé. Mas, sobretudo, o “doutor magnífico” busca uma fé apoiada na razão. Para ele, a fé vem em seguida da razão, de forma que não a suprime, pois necessita dela, em certos momentos, inclusive para mostrar que a fé não é absurda (2005, p.12).

Podemos afirmar que a doutrina que Anselmo reflexou parte de uma experiência espiritual. Pois, para ele amor e conhecimento são inseparáveis. Portanto, buscar a Deus é compreender e ser inteligente. Assim, se forma o progresso do conhecimento. Nada é tão importante para a alma como recordar, compreender e amar o bem supremo. Com afirma Anselmo: “Nada, portanto, fica mais evidenciado do que a criatura racional tenha sido feita para amar acima de todas as coisas a existência suprema, que é o bem supremo” (Monológio. LXVIII).

Santo Anselmo aparece em destaque na história da filosofia, por seu argumento ontológico, tanto na sua obra *Monologion*¹, tendo alguns argumentos para seu objetivo, quanto na *Proslogion*, que neste havendo apenas um único argumento². Argumento este que Paul Gilbert esquematiza da seguinte forma:

1. Há, ao menos no entendimento, alguma coisa que não se pode pensar nada de mais grande; 2. Mesmo se há no entendimento, esta coisa de mais grande que não se pode pensar nada de mais grande, pode ser pensada também na realidade; 3. Ser pensada também na realidade é mais grande que ser pensada apenas no

¹ Realizada no período de 1076 a 1078.

² O argumento ontológico, que busca provar a existência de Deus a priori, encontra-se nos capítulos II a IV.

entendimento; 4. Portanto, existe, no entendimento e na realidade, alguma coisa que nada de mais grande pode ser pensada” (1990, p. 51-52).

Anselmo agradece a Deus, no final do capítulo IV, por ter lhe proporcionado ver através da razão, aquilo que antes apenas acreditava através da fé por Ele gerada. Relatando ainda, que desta forma, mesmo que não quisesse crer na existência de Deus, seria obrigado a admiti-la racionalmente. Portanto, é possível perceber a argumentação a que Anselmo buscara, ou seja, um único argumento que pudesse expressar de forma lógica e racional a existência de Deus.

Com o surgimento do filósofo Kant, a maneira do conhecimento das coisas é compreendida de outra forma, ou seja, o mesmo desperta para um novo entendimento da filosofia: a filosofia transcendental, tendo como princípio a separação entre pensamento e realidade, podendo assim contrapor o argumento Ontológico de Anselmo.

1 Os primeiros fundamentos para a origem do conhecimento.

Kant defende que a ciência, com a qual se pode comprovar algo, opera por meio de juízos sintéticos *a priori*, sendo que sua possibilidade se deve, primeiramente, às formas puras da intuição sensível: o espaço e o tempo. Sendo o tempo algo interno, sob o qual se submete à externa e o espaço é a forma, a intuição pura da sensibilidade externa.

Antes de mais nada, cumpre observar que as verdadeiras proposições matemáticas são sempre juízos *a priori* e não empíricos, porque comportam a necessidade, que não se pode extrair da experiência. Se não se quiser admitir isso, pois bem, limitarei a minha tese à matemática pura, cujo conceito já de si exige que não contenha conhecimento empírico, mas um conhecimento puro e *a priori* (KANT, 1985, p. 46).

Kant resume todos os argumentos sobre a existência de Deus em três provas: a física-teológica que, para o Filósofo, parte de uma determinação experiencial, das coisas do mundo presente, da sua ordem e da sua finalidade e desta experiência chega a Deus através de um salto lógico, pois tende a um princípio organizador; a cosmológica, que passa do ser sempre condicionado e contingente, para o ser incondicionado que fundamenta tudo o que é existente, mas, sendo assim, também supõe que uma coisa qualquer exista de modo necessário para ser a causa primeira; por fim, a prova ontológica na qual fundamenta as outras provas.

A prova ontológica, para Kant, é uma prova falsa, pois podemos chegar corretamente à ideia de Deus, porque de uma ideia não se pode tirar ou formar a existência. A existência só

pode ser um dado da experiência, de forma alguma retirada de um puro e simples conceito, ou seja, não é simplesmente lógica.

Kant fala que a realidade só é compreensível mediante o conhecimento que é, portanto, o elemento estável, que deve ser estudado para compreender algo que passa a ser pensado, para elaborar todo o saber possível. Na filosofia de Kant, as ideias que não podem ser conhecidas na realidade, são entendidas como conhecimentos transcendentais³.

Só temos como conhecer a realidade através das categorias do intelecto, sendo elas, internas, na razão, própria do conhecimento e não do objeto. No entanto, não existe conhecimento das coisas em si, pois só conhecemos pela experiência, como já visto, e a mesma só pode ocorrer situada no tempo e no espaço. Kant afirma:

Referimo-nos a intuições puras a priori, o espaço e o tempo. Nestas intuições, quando num juízo a priori queremos sair do conceito dado, encontramos aquilo que pode ser descoberto a priori, não no conceito, mas certamente na intuição correspondente, e pode estar ligado sinteticamente a esse conceito; mas tais juízos, por esta razão, nunca podem ultrapassar os objetos dos sentidos e apenas têm valor para objetos da experiência possível (1985, p. 87).

Em Kant, temos a tentativa de construir um conhecimento como universal e necessário. Para o Filósofo, nós conhecemos das coisas somente o que ela nos aparenta ser, não o que a coisa em si é. Mas este aparente não é uma ilusão, nem uma mera aparência, pois está ligada a coisa em si, é próprio dela de modo relativo. Deste modo, para nós conhecermos este aparente, o mesmo é indagado e determinado como uma ideia-limite em nosso intelecto. Este procedimento se chama, para Kant, de fenômeno, o qual nos faz conhecer e este conhecimento se dá pelas formas *a priori*, pela razão humana, pois as formas *a priori* do conhecimento são as intuições puras da sensibilidade (espaço e tempo)⁴ atreladas às categorias do intelecto (que estão na razão).

Tomados conjuntamente são formas puras de toda a intuição sensível, possibilitando assim proposições sintéticas a priori. Mas estas fontes de conhecimento a priori determinam os seus limites precisamente por isso (por serem simples condições da sensibilidade); é que eles dirigem-se somente aos objetos enquanto considerados fenômenos, mas não representam coisas em si. (KANT, 1985, p. 77).

³ Princípios transcendentais “que não reconhecem limites” têm de distinguir-se do emprego transcendental de princípios imanentes para além de seus limites próprios. Tais princípios incluem as idéias psicológicas, cosmológicas e teológicas discutidas na Dialética Transcendental” (GAYGIIL, 2000, p. 312).

⁴ KANT: "O tempo e o espaço são, portanto, duas fontes de conhecimento das quais se podem extrair a priori diversos conhecimentos sintéticos"(1985, p. 77).

Para entendermos melhor os fenômenos, podemos dizer que, eles fazem uma ligação da coisa em si a nós, segundo a nossa capacidade receptiva, segundo as formas *a priori* da sensibilidade e do intelecto, como visto acima. Mas o fenômeno é conhecido quando são formulados juízos sintéticos *a priori e a posteriori*, formando um conhecimento científico, isto é, universalmente válido e necessário. Como afirma Kant: “a universalidade empírica é, assim, uma extensão arbitrária da validade, em que se transfere para a totalidade dos casos a validade da maioria” (1985, p. 38).

Para Kant, o conhecer é julgar, entendido como uma conjunção de predicado e sujeito, o qual pressupõe a separação entre o pensamento e realidade.

Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado (apenas considero os juízos afirmativos, porque é fácil depois a aplicação aos negativos), esta relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo analítico ao juízo, no segundo sintético (1985, p. 41-42).

Sendo assim, a afirmação que 'Deus existe' é um juízo, mas não baseado na experiência, pois não se predica nada de Deus dizendo que existe. Pode-se sim, afirmar que 'Deus é o ser necessário existente', mesmo que ainda não se provou a sua existência, pois esta relação do Deus com o predicado é puramente lógica, próprio do sujeito pensante. Neste caso o juízo é uma hipótese que não pode ser experimentada, verificado tão somente através das formas *a priori* do conhecimento, pelas quais somente é possível emitir um juízo universal e necessário. Mas, para Kant, Deus é apenas uma ideia, precisamente é o ideal da razão, a personificação da plenitude, perfeição de toda realidade.

Kant, afirma que Deus não é conceito enquanto forma *a priori* do intelecto, muito menos intuição da sensibilidade, portanto, nada pode pô-lo como existente e nenhuma existência real que lhe é predicada.

No tocante aos objetos, na medida em que são simplesmente pensados pela razão - e necessariamente – mas sem poderem (pelo menos tais como a razão os pensa) ser dados na experiência, todas as tentativas para os pensar (pois têm que poder ser pensados) serão, conseqüentemente, uma magnífica pedra de toque daquilo que consideramos ser a mudança de método na maneira de pensar, a saber, que só conhecemos a priori das coisas o que nós mesmos nelas pomos (1985, p. 20-21).

Restringindo o campo do conhecimento, Kant atribui a Deus à universalidade. A ideia de Deus acha-se de forma natural na razão. Existe de fato uma necessidade da razão de pensar o ser incondicionado que fundamenta toda sua representação finita e condicionada. O ideal

transcendental é a ideia da série completa de toda a possibilidade. Quando se pensa Deus, mais do que ter uma ideia se tem em mente um ideal, sendo assim, uma ideia individual. Desse modo, Kant afirma que a ideia transcendental é necessária para a compreensão das coisas na singularidade.

A existência não é um predicado possível que entra na definição da coisa, mas é um posicionamento, um posicionar a coisa como existente. A existência de Deus não pode ser provada, não podendo ser sintetizada em sua absoluta 'subjetividade' e perfeição na ideia, nada que entre no conhecimento *a priori* de uma experiência possível. Não existe possibilidade de expressar o juízo "Deus existe". Para Kant este juízo é simplesmente analítico, sem expressar alguma coisa da existência real de Deus.

Considerações finais

A crítica radical de Kant sobre o argumento de Santo Anselmo demonstra um valor existencial dos juízos lógicos, pois, para o Filósofo crítico, não podemos pensar em um juízo tendo uma contradição entre o predicado e o sujeito, ou seja, não podemos negar o sujeito, mas afirmar o predicado. Podendo assim, dar predicados a Deus, como bondoso, prefeito, onipotente e outros, entretanto, não há um juízo científico do sujeito ou melhor dizendo um juízo sintético.

Todo juízo existencial é sintético, ou seja, deve sintetizar algumas coisas a partir de uma experiência real. No que diz respeito à ideia de Deus não é possível uma afirmação existencial, nem um possível juízo sintético, isso quer dizer que não há um Deus real, no qual pode ser experimentado no espaço e no tempo, mas um Deus meramente lógico. Nas afirmações 'Deus existe', 'Deus é existente', troca-se um predicado lógico por um predicado real. Kant afirma que é verdade que Deus é aquele ser perfeito e necessário cuja existência não pode deixar de pensar, pensando em sua perfeição, no entanto, isto sempre é apenas um pensamento e a sua existência efetiva não se prova pelo simples fato de ter sido pensado: nós pensamos a sua existência, mas pelo fato de pensá-la não a comprovamos.

Referências

ANSELMO, Santo. **Monólogo**. Col. Os Pensadores. Tradução de Angelo Ricci, vol. VII, São Paulo: Abril Cultural, 1973a.

_____, **Proslógio**. Col. Os Pensadores. Tradução de Ângelo Ricci, vol. VII, São Paulo: Abril Cultural, 1973b.

GAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GILBERT, Paul. **Lê Proslogion de S. Anselme**. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1990.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora Fundação Caloute Gulbenkian, 1985.

MACHADO, Adriane Da Silva. **A existência De Deus. Nas Obras de Anselmo de Aosta e René Descartes**. 2005. Monografia (Graduação em Filosofia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, RS.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do Humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990. v. II.

TOMATIS, Francesco. **O argumento ontológico: a existência de Deus de Anselmo a Schelling/ Francesco Tomatis**; tradução Sergia José Schirato. São Paulo: Paulus, 2003.